

ZONA DE CONTATOS DA MEMÓRIA: IMPRESSOS DO SÉCULO XIX, PARÁ, BRASIL

MEMORY CONTACT ZONE: 19TH CENTURY PRINTOUTS, PARÁ, BRAZIL

ZONA DE CONTACTO DE MEMORIA: IMPRESIONES DEL SIGLO XIX,
PARÁ, BRASIL

Netília Silva dos Anjos Seixas

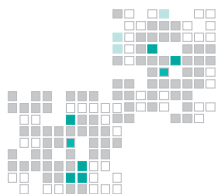
■ Docente e pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Letras, área de concentração em Linguística, pela Universidade Federal de Pernambuco. Seus trabalhos mais importantes são: *Imprensa paraense: um pouco de história da mídia na Amazônia* (2012); *O uso da imagem na mídia impressa em Belém: percurso e configuração* (2011).

■ E-mail: netilia@uol.com.br.

Jessé Andrade Santa Brígida

■ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Bolsista CAPES.

■ E-mail: jesse.asb@gmail.com.



RESUMO

O estudo observou quais sentidos e memórias sobre o local e seus habitantes emergem de enunciados e enunciações de jornais do interior do Pará, Brasil, na segunda metade do século XIX, na expansão da imprensa na Amazônia paraense. Tem como base as noções de zona de contato, de Mary Louise Pratt; enunciado/enunciação, de Eliseo Verón; e memória, de Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Foram lidas edições disponíveis de 25 jornais, de onze cidades, dos quais seis foram mencionados no trabalho. Percebeu-se que os jornais, como zonas de contato, traziam a voz do colonizador nas temáticas enunciadas, mas também memórias dos sujeitos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA; MEMÓRIA E ZONA DE CONTATO; JORNAIS DO INTERIOR DO PARÁ, BRASIL.

ABSTRACT

The study observed which meanings and memories about the place and its inhabitants emerge from statements and statements from newspapers in the interior of Pará, Brazil, in the second half of the 19th century, in the expansion of the press in the Amazon of Pará. It is based on the notions of contact zone, by Mary Louise Pratt; enunciation / enunciation, by Eliseo Verón; and memory, by Maurice Halbwachs and Michael Pollak. Available editions of 25 newspapers from eleven cities were read, of which six were mentioned in the work. It was noticed that the newspapers, as contact areas, brought the voice of the colonizer in the themes mentioned, but also memories of the marginalized subjects.

KEYWORDS: COMMUNICATION AND HISTORY; MEMORY AND CONTACT ZONE; NEWSPAPERS FROM THE INTERIOR OF PARÁ, BRAZIL.

RESUMEN

El estudio observó qué significados y recuerdos sobre el lugar y sus habitantes emergen de declaración y enunciación de periódicos en el interior de Pará, Brasil, en la segunda mitad del siglo XIX, en la expansión de la prensa en la Amazonía de Pará. Se basa en las nociones de zona de contacto, por Mary Louise Pratt; declaración / enunciación, por Eliseo Verón; y memoria, por Maurice Halbwachs y Michael Pollak. Se leyeron ediciones disponibles de 25 periódicos de 11 ciudades, de las cuales seis fueron mencionadas en el trabajo. Se notó que los periódicos, como áreas de contacto, traían la voz del colonizador en los temas mencionados, pero también recuerdos de los sujetos marginados.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN E HISTORIA; ZONA DE MEMORIA Y CONTACTO; PERIÓDICOS DEL INTERIOR DE PARÁ, BRASIL.



1. Introdução

Este estudo¹ tem o objetivo de observar os jornais publicados no interior do Pará no século XIX, quando a imprensa se expandia pela Amazônia paraense, em busca de sentidos e memórias sobre o local e seus habitantes que emergem dos enunciados e enunciações dos periódicos, entendendo-os como zonas de contato de uma época e lugar.

O primeiro jornal foi publicado na capital paraense em 1822 e a partir de meados dos oitocentos já estaria presente também em importantes cidades interioranas do Pará e em Manaus, capital do Amazonas. Desde a chegada dos europeus, a Amazônia tem sido motivo de enunciações que lhe atribuem exotismo, riquezas, natureza exuberante, mitos e lendas. Seu próprio nome vem dos relatos dos primeiros navegantes que afirmaram ter visto, nas margens dos rios, índias guerreiras semelhantes às Amazonas da cultura grega (Papa-vero *et al.* 2002; Souza Filho, 2012). Os rios são elementos naturais que marcam a vida da Amazônia (Maués, 1999). Durante séculos, constituíram-se em vias para o comércio e o trânsito de pessoas e várias cidades foram criadas em suas margens, por vezes enunciadas nos jornais que compõem esta pesquisa.

Esse processo teve continuidade quando os portugueses decidiram montar um forte no rio para possibilitar a entrada para o interior da região amazônica, com finalidade militar de conquista e preservação do território, como explica Bezerra Neto (2011). O forte foi o ponto inicial da fundação da cidade de Belém, na época batizada como Santa Maria de Belém do Grã-Pará, evento histórico ocorrido em 12 de janeiro de 1616.

Parte da memória social sobre a Amazônia pode ser observada nos periódicos que formam o *corpus*

¹ O trabalho é uma continuidade dos esforços empregados pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Linguagens, Discursos e Memórias na Amazônia e pelo projeto de pesquisa A Trajetória da Imprensa no Pará: do Impresso à Internet, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da pesquisa, uma vez que os jornais estabeleceram com a sociedade um local de partilha, enunciando fatos históricos, memórias do cotidiano e dos pensamentos vigentes da época em nível local e nacional, que, de alguma forma, tomavam o seio da sociedade.

Como aporte teórico, temos os estudos sobre zonas de contato de Mary Louise Pratt (1999), ao lado dos estudos com perspectivas decoloniais de Walter Mignolo (2003). Partimos da proposta de análise enunciativa de Eliseo Verón (2004) para entender os sentidos e as memórias sociais que, segundo Maurice Halbwachs (2006), são como vozes que estão diretamente ligadas às identidades de uma sociedade.

A pesquisa englobou a segunda metade do século XIX, uma vez que foi nesse período que a imprensa do Pará passou a se espalhar para o interior, quando Belém deixou de ser a única cidade paraense a produzir periódicos (Santa Brígida; Seixas, 2017). No século XIX, os registros indicam a publicação de no mínimo 202 periódicos em cidades do interior, dos quais somente 25 títulos, de onze municípios, estão disponíveis em acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna, em Belém, e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Quadro 1), com 725 edições (Biblioteca Pública do Pará, 1985). No estudo, foram lidos inicialmente todos os jornais, dos quais seis foram selecionados para apresentação mais específica ao longo do artigo, considerando as cidades mais antigas em publicação (Vigia, Santarém e Cameté) e outras mais próximas ao final do século (Alenquer, Mocajuba e Ponta de Pedras). (quadro 1)

Os jornais do século XIX publicados no interior do Pará tinham como características o tamanho pequeno, quatro páginas, em média (a não ser em datas comemorativas, quando o número aumentava), com uma ou duas colunas de texto. Ilustrações e anúncios passaram a estar mais presentes na última década do século, mas os textos continuavam preponderantes.

Quadro 1. Jornais das cidades do interior do Pará no século XIX disponíveis em acervo.

Cidade	Periódico (fundação e encerramento)	Anos disponíveis
Abaetetuba	<i>O Abaeteense</i> (1884-1892)	1884
Alenquer	<i>Gazeta de Alenquer</i> (1883-?)	1885, 1890, 1891, 1894, 1895, 1908
	<i>Alemquerense</i> (1888-?)	1890, 1891
	<i>Equador</i> (1888-1890)	1885, 1890, 1891, 1894, 1895, 1908
Bragança	<i>O Caetéense</i> (1887-1892)	1888
	<i>O Bragantino</i> (1879 - ?)	1885
	<i>O Cidadão</i> (1889 - 1892)	1890
	<i>Cidade de Bragança</i> (1894 - 1899)	1895, 1896
Cametá	<i>O Incentivo</i> (1851-?)	1851
	<i>O Jasmim</i> (1873- 1877)	1873, 1874, 1875, 1876
	<i>O Commercial</i> (1882-1901)	1891, 1897, 1900
	<i>A Reacção</i> (1886-1894)	1889
	<i>O Artista</i> (1891)	1891
	<i>O Industrial</i> (1895-1907)	1901, 1902, 1903
Maracanã	<i>O Dever</i> (1898-1901)	1898
Mocajuba	<i>O Tocantino</i> (1889-1908)	1891
Monte Alegre	<i>O Monte-Alegrense</i> (1885-1887)	1885, 1886, 1887
Muaná	<i>O Agronomo</i> (1899-1901)	1900
Ponta de Pedras	<i>O Autonomista</i> (1883-?)	1895
Santarém	<i>Baixo Amazonas</i> (1872-1896)	1872, 1876, 1878, 1880, 1883 a 1886, 1894
	<i>A Juventude</i> (1881-?)	1881
	<i>A Conciliação</i> (1889-1890)	1890
Vigia	<i>O Liberal da Vigia</i> (1877- 1882)	1882
	<i>O Espelho</i> (1878-1879)	1889
	<i>Cidade de Vigia</i> (1890-1896)	1890, 1893

Fonte: Dados da pesquisa, a partir de Biblioteca Pública do Pará (1985) e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Adentrar em jornais do interior do Pará no século XIX é perceber parte dos sentidos e das memórias que ajudam a entender as diversas histórias a respeito da construção social dessas localidades e a constituição de vozes endógenas, que deles emanam. Essas memórias não são transparentes e tanto emergem das enunciações feitas quanto acionam enunciados que se voltam para uma memória dominante ou para memórias subterrâneas, marginalizadas, subalternas (Pollak, 1995; Quijano, 2002). Por esse motivo, o conceito de zonas de contato (Pratt, 1999) pode ajudar a entender como a emer-

gência de memórias traz consigo vozes dominantes ou subalternas, uma vez que enunciados subjugados também se materializam, ao lado do sentido mais explícito da enunciação. Segundo Pratt (1999),

[As zonas de contato são] espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo mundo (Pratt, 1999, p. 27).



A zona de contato descrita por Pratt (1999) deixa evidente o caráter do choque e interação entre sujeitos diferentes. A autora assinala que esse encontro não é só físico, mas também se dá na produção de documentos. Os documentos, como relatos e cartas impressos, materializam atos comunicacionais (Barbosa, 2007), atos que permitem, em certa medida, acesso à voz do enunciador e dos destinatários (Verón, 2004). Onde Pratt (1999) viu as cartas dos relatos europeus como zonas de contato, este estudo entende os jornais como local de encontro entre sentidos e memórias dos enunciadores, dos destinatários, mas também dos sujeitos.

2. Memória, zona de contato e comunicação

Os meios de comunicação permitem emergir parte dos contextos sociais da época em que estão imersos (Barbosa, 2007; Rodrigues, 2011). Barbosa (2007) afirma que ao pesquisar os meios de comunicação de outras temporalidades que não a nossa, devemos lançar, do presente, indagações ao passado, reatualizando os dados, com a intenção de encontrar, na história dos meios e nos textos por eles enunciados, elementos que nos ajudem a perceber não uma história verdadeira dos fatos e acontecimentos, mas constituições de mundo próprias da época de cada meio.

Nos meios de comunicação encontramos também discursos que, com seus enunciados e enunciações (Verón, 2004), permitem observar memórias sociais que circularam no passado e que de alguma forma possibilitam a emergência dos sentidos a respeito dos mais diferentes assuntos. Por isso, a pertinência do estudo sobre a mídia impressa no século XIX, uma vez que os jornais impressos foram por muitos anos o único meio de comunicação que circulou no Brasil (Barbosa, 2010).

Ao se ativar a memória, o passado torna-se flexível, pois cada experiência é que determina o fluxo do presente, fazendo uma atualização constante dos fatos passados (Pollak, 1992). Em suma, a me-

mória é uma construção social que dependerá da memória coletiva e individual (Halbwachs, 2006).

Os jornais impressos são um dos lugares onde os discursos se materializam, fomando documentos que atravessam épocas (Barbosa, 2007). Segundo Le Goff (2013), os documentos também são monumentos que carregam consigo interesses sociais, com pretensões de perpetuarem ideias e conhecimentos. Como uma instituição social e não apenas como um documento/monumento, o jornal impresso coloca em movimento memórias por meio dos discursos sociais que articula e produz, a partir das experiências dos sujeitos das interações (profissionais dos jornais, leitores e aqueles de quem se fala), uma zona de contato.²

Pratt (1999) usa o conceito de zona de contato na análise dos escritos de expedições europeias de 1750, voltando-se para cartas coloniais e como elas ajudaram a constituir estereótipos e imaginários a respeito das colônias. No Pará as cartas de navegantes também formaram o imaginário sobre a região (Papavero *et al.* 2002; Koch; Bentes; Figueiredo, 2000; Castro, 2015), contribuindo para a elaboração de memórias que circulem no corpo social e podem se materializar na imprensa. Neste trabalho, buscamos alargar o conceito de zona de contato até outras materialidades e temporalidades, os jornais do século XIX do interior do Pará, entendendo-os como documentos/monumentos que perduram no tempo com vestígios comunicacionais das relações entre sujeitos e sociedade.

Nesse sentido, entendemos uma comunicação interacional (França, 2008) possibilitada pelo contato entre as memórias dos sujeitos nos meios de comunicação, um fenômeno de “transcultu-

2 A autora toma emprestado o termo “contato” da linguística, onde se pensa a “linguagem de contato” que produz linguagens provenientes do imprevisto do encontro de línguas diferentes no ato da comunicação. Em outras palavras, o contato não separa os sujeitos, mas, sim, possibilita ver como esses “sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros” (Pratt, 1999, p. 32).

ração” (Pratt, 1999, p. 30-31)³, um “fenômeno próprio da zona de contato”, que se manifesta em formas de resistências registradas em materialidades como cartas, jornais, monumentos, documentos, entre outros.

Pratt (1999) se filia aos estudos decoloniais, ao afirmar que a discussão científica deve ir além das questões econômicas, dando a devida atenção às questões sobre as visões de mundo, imagem de si, estereótipos étnicos, sociais, geográficos que se legitimam pela dominação externa e pela interferência direta nas mentes dos envolvidos. Para Mignolo (2003), a colonialidade também se apresenta nas macronarrativas, lugar essencial para se pensar de forma diferente enunciados consolidados na memória social. Na perspectiva da decolonialidade, as macronarrativas são os lugares nos quais “um outro pensamento” poderia ser implementado não para dizer a verdade em oposição a mentira, mas para pensar de outra maneira, caminho para outra lógica, mudando os termos e não apenas o contexto da conversação (Mignolo, 2003, p. 106). Assim, estudar os jornais do interior do Pará seria uma forma de entender uma macronarrativa com a finalidade de encontrar não verdades ou mentiras, mas, sim, memórias sobre o local e seus habitantes.

Na leitura dos periódicos, percebemos que algumas temáticas se destacavam com maior circularidade entres eles: política, religião, educação formal, presença indígena, comércio, ideal de colonização e costumes cotidianos.

3. Presença indígena, comércio e ideal de civilização

Verón (2004) postula que cada suporte impresso trabalha de forma diferente uma notícia, mesmo o conteúdo sendo comum. Isso se dá em razão de o enunciado estar na “ordem do que é dito”, conformado pela enunciação, que é ligada

3 O fenômeno ajuda a “descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (Pratt, 1999, p. 30).

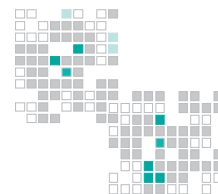
“ao dizer e suas modalidades, os modos de dizer” (Verón, 2004, p. 216).

Os textos publicados pelos jornais no século XIX tinham características do fazer jornalístico próprio de sua época e distinto do que se faz na contemporaneidade. Mesmo assim, são enunciados produzidos em enunciações contendo sentidos circulantes no meio social de um tempo.

Na segunda metade do século XIX no Pará, como em outros lugares do Brasil, era comum uma exaltação aos costumes europeus e à urbanização das cidades. Havia uma movimentação social, em especial de intelectuais, que buscava homogeneizar as práticas ditas modernas para uma possível ascensão social coletiva. Nessa linha, os jornais do interior do Pará publicavam textos que, de alguma forma, falavam de modernidade, de riquezas naturais, de urbanização, de mudanças de costumes.

A voz predominante era a do colonizador. Os jornais a reproduziam de forma pedagógica e/ou enérgica. Como estratégia enunciativa, era comum destacarem as potencialidades das riquezas naturais das localidades, as carências em relação à infraestrutura das cidades. Longe dos grandes centros regionais e nacionais, os jornais traziam periodicamente notas dos governos estadual e local, editais de despachos, seções fixas que pareciam propor ao destinatário uma normalização, uma ligação direta ao poder central, por meio do conhecimento das leis e práticas administrativas do poder político, uma enunciação que parecia propor uma unidade com a nação, com o Estado. Por isso, há textos que enunciavam a respeito da aplicação de leis que obrigavam a população local a abandonar práticas que remontavam a memórias dos povos originários da Amazônia (como os banhos nus, o exercício de religiões chamadas de não cristãs, entre outras).

Também a presença de sujeitos indígenas era enunciada com diferenciadores entre o que consideravam civilizado ou não. No trecho do jornal



Baixo Amazonas, de 1872, de Santarém, emergem sentidos a respeito da presença indígena do interior amazônico e da ideia de urbanização da época.

Santarem uma das maiores cidades da provincia do Gram-Pará, é incontestavelmente pela sua posição sobre a margem direita do Tapajoz junto á sua confluencia no amazonas, uma cidade predestinada a ser o centro de um grande commercio, que dará impulso a civilização no Tapajoz, rio de immensas riquezas, e de grande população. Como todos sabem, grande numero de familias indigenas vagueiam pelos sertões do Tapajoz. Uma vez regularizado o commercio, e doutrinado o povo na religião, para prosperidade desta grande (ilegível) que se chama – Baixo (ilegível) (Baixo-Amazonas, 1872, p. 1, grifos nossos).

O enunciador estabelece, primeiramente, uma ideia de unidade, ligando Santarém à província do Grão-Pará, em um pertencimento a algo maior. Na enunciação do jornal, Santarém não é qualquer cidade, é “uma das maiores”, tem uma localização privilegiada graças ao rio que banha a localidade. O conceito bíblico de predestinação é posto em cena para sugerir que o futuro como um centro comercial já era certo, pois Santarém era repleta de riquezas e com uma “grande população” que a impulsionaria.

No texto, a população é dividida em dois grupos: os moradores da cidade e os indígenas que “vagueiam pelos sertões”. A expressão “vagueiam” já sugere uma desocupação, sobre aqueles que não são considerados produtivos para a cidade. A enunciação traz à tona memórias coloniais em que indígenas só podiam ser consideradas pessoas após a catequese e o batismo. Na finalização do texto, o enunciador assinala que a condição para que a cidade ascenda socialmente era a regularização do comércio e a doutrinação do “povo na religião”, no qual se incluíam os indígenas, que

precisariam parar de vagar pela redondeza e trabalhar em prol da região.

A enunciação sobre as famílias indígenas da localidade reproduz a voz do colonizador, que as destaca como desocupadas (memória do início da colonização brasileira e que ainda faz parte de discursos atuais). Mesmo assim, permite termos acesso mínimo a memórias em relação aos povos originários, pois mostra que os indígenas, de alguma forma, resistiam, ao manterem-se unidos em grupos (famílias indígenas) e circulando pelas redondezas, conforme sua cultura. Na cultura indígena, seria circular; na enunciação do jornal, vagar. Nessa mesma edição, o jornal assinala a presença de americanos na cidade e a necessidade de mais estrangeiros para “colonizarem” a região, delegando a eles a sabedoria necessária para o desenvolvimento da cidade.

Como afirmado mais acima, as ideias de civilização e modernidade pareciam não comportar as práticas e costumes ligados aos povos originários. Os jornais parecem querer reescrever a história das localidades, apagando traços da cultura indígena, buscando estabelecer uma memória oficial. O próprio nome de algumas cidades era motivo de disputas, como mostra o jornal *O Jasmim*, de Cametá, que ao enunciar sobre a localidade propõe uma memória oficial ligada à religião cristã e não aos “gentílicos indígenas”.

CAMETÁ - A risonha e apravel cidade de Santa Cruz de Cametá (Cametá é corrupção, ou antes modificação da palavra Camutá, nome d'uma tribo gentilica que aqui vivia) inquestionavelmente a segunda cidade da riquissima provincia do Gram Pará (Prospecto, 1873, p. 1, grifos nossos).

Há no trecho uma disputa de memórias: uma, proposta como oficial, apoiada na memória cristã (Santa Cruz, corrupção, gentílicos), e outra subterrânea, ligada ao nome da cidade relaciona-



do ao povo originário dos Camutás. A origem do nome da cidade é colocada como algo de um passado ido, assim também a memória dos camutás, que não mais habitariam a localidade.

A busca por heróis que pudessem salvar a região da estagnação que os indígenas haviam proporcionado no passado era uma estratégia comum. Na disputa por memórias oficiais, percebemos na análise que eram os estrangeiros que podiam estabelecer um ideal colonizador e memórias, ligadas à civilização. O jornal *Baixo-Amazonas* publicou no dia 06 de julho de 1872: “Por isso desde já bemdizemos a feliz ideia de fazer convergir para o Amazonas e o Tapajós a emigração estrangeira”. O periódico enuncia os estrangeiros como esperança do enriquecimento da região e, ao se referir sobre o local, faz uma espécie de propaganda das potencialidades e do clima de Santarém.

Anime-se o trabalho; esses Capitaes guardados pela natureza, virão recompensar a itelligencia e a actividade do homem; e sob o ceo brilhante desta região do baixo Amasonas com um clima temperado pelas constantes brizas, que espalhão a frescura por toda parte, poderão viver os estrangeiros habituados aos paizes frios. [...] Como para a colonisação requer-se um paiz vasto, com terras ferteis, e um clima temperado, estamos convencidos que dentro em pouco tempo, as plagas do Amasonas e do Tapajós se transformarão, dando um lucro real aos inteligentes colonos, que vierem enriquecer a natureza, desentranhando seus riquissimos capitaes, dando-lhes o valor e a vida (Baixo-Amazonas, 1872, p. 1).

Os estrangeiros eram vistos como sinal de progresso, de civilização e inteligência. Não era qualquer estrangeiro, mas aqueles dos “paizes frios”. São citados a Inglaterra e a França como exemplo de lugares que foram “bem aproveitados”, suge-

rindo que ingleses e franceses eram esses ditos homens inteligentes e que vinham de lugares frios. Com essas marcas, fica evidente que a voz predominante nos periódicos da época era a do colonizador ou de uma perspectiva alinhada com a colonização, em especial quando a temática abordada era a localidade ou costumes locais.

4. Educação, religião e práticas sociais

Como assinala Foucault (1978), o século XIX foi um momento de efervescentes posturas científicas, em que o público letrado era bem quisto. Nessa linha, houve enunciações que adotaram a postura de denunciar o descaso com as escolas de nível primário no interior do Pará. *O Alemquerense*, da cidade de Alenquer, denunciava tal acontecimento da seguinte forma:

No numero passado, tractamdo nós sobre o ensino primario, lamentamos a falta da diffusão de escholas pelo interior, tanto para um, como para outro sexo, a fim de poder haver o cumprimento da Lei do ensino obrigatorio (Alemquerense, 1891, p. 1).

O jornal, com isso, trazia à tona outra realidade do interior do estado, o abandono do poder público em relação às localidades fora da capital, Belém. Quando usa o verbo “lamentamos”, empregando o sujeito “nós”, o enunciador cria uma estratégia enunciativa de se colocar junto aos moradores da cidade, compartilhando o sentido de angústia com o descaso que o poder público tinha em relação ao ensino básico para os interiores do Pará. Além disso, refere-se ao interior do estado como um todo e não apenas à cidade de Alenquer. Um outro aspecto é a menção à ausência de escolas para um e outro sexo, em uma época em que a escolaridade feminina era pouco valorizada.

A angústia com o descaso foi recorrente nos jornais observados, sentido que não se reduzia apenas à educação, mas se estendia às questões ligadas a



presença e ação da Igreja Católica nas cidades fora da capital. A importância da Igreja no nível religioso se manifestava na estrutura urbana, em que ela podia ocupar o centro da praça, estar próxima às áreas de comércio e dos órgãos públicos da administração, por onde muitas pessoas circulavam. O modelo de centralidade dos templos católicos é observado até a atualidade. Na enunciação dos jornais, as práticas religiosas e os templos eram algo importante nas cidades do interior.

Havia paróquias que não tinham padres residindo. Sobre isso, alguns jornais publicavam pedidos ao bispo responsável para que enviasse sacerdotes para celebrarem as missas e cuidarem do templo, como se pode observar no trecho d'O *Autonomista*, da cidade de Ponta de Pedras:

A nossa parochia que ha muito annos não tem vigario manda um apello ao seu nobre coração: dê-nos S. Ex^a Revd^{ma} um sacerdote para guiar os nossos passos na tortuosa verdade da vida. [...]. Nós também somos chistãos, nós também precisamos ouvir as doces palavras do Evangelho (D. Antônio..., 1895, p. 2).

O apelo feito ao bispo permite perceber as necessidades que o jornal enuncia como um direito de pertencer à Igreja Católica, o que só seria possível com celebrações de missas realizadas por padres. Tal postura se percebe, principalmente, quando o jornal afirma “também somos chistãos”, assinalando seu alinhamento quanto ao que publica.

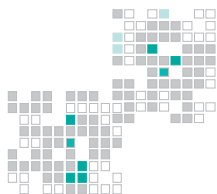
A questão religiosa não era isolada a uma cidade. Em Vigia, foi possível observar agendamentos da população, que não esperava o padre para realizar atos religiosos. É nesse momento que vemos os jornais reproduzirem a voz do colonizador, mas também atentos a problemas locais que são resolvidos, ou amenizados, a partir da própria da população local. O jornal *O Espelho*, de 1879, publicou a solução que algumas cidades do interior

encontraram para a ausência de padres: as “ladainhas civis” (orações sem a presença de sacerdotes).

São assim chamadas as ladainhas cantadas sem assistencia dos padres. Pois por toda a parte vão ficando em moda as ladainhas civis. Em Mansarás, o padre retira-se, o povo reune-se na igreja e canta ladainhas civis; em Ourem, o vigario é suspenso, e o povo reune se na igreja e canta ladainhas civis; no Capim, não ha padre, o povo canta na igreja ladainha civis. Enfim na capital já houve ladainhas civis, e agora ahi no Arapiranga se estão cantando ladainhas civis (Ladainhas..., 1879, p. 3).

A enunciação acima evidencia que as ladainhas civis estavam cada vez mais comuns e reivindicava a religião e a Igreja como algo importante para um grupo local, reforçando a ideia do ser cristão e do fazer parte de algo mais global. As ladainhas eram alvo de críticas dos jornais mais conservadores. Textos com essa temática evidenciam uma disputa entre memória oficial e subterrânea encontrada nessa zona de contato, pois há, nos enunciados sobre as igrejas, fissuras que permitem emergir práticas locais ligadas à temática religiosa e outras que não são exatamente consideradas cristãs, como afirmam alguns jornais.

O jornal *O Jasmim*, de Cameté, publicou sobre práticas não religiosas que ocorriam nos templos e que ajudam a entender memórias mais subterrâneas. O templo religioso do centro de Cameté foi descrito pelo jornal como um lugar físico para disseminação de ideias políticas, conversas (fofocas) e até mesmo namoros. Nas palavras do jornal, a igreja era onde “se vai namorar e distrahir paixões. Na igreja onde vai-se falar de vida privada. Na Igreja onde trata-se de partido e discussões immoraes” (Continuação..., 1873, p. 1). Percebemos que o jornal deixa emergir uma memória não ligada a práticas religiosas, permitindo uma disputa de sentidos que constituem a



própria forma dos moradores dessa localidade da utilização dos espaços, subvertendo as regras impostas pela religião Católica.

Atividades religiosas indígenas como a pajelança foram criticadas na enunciação jornalística, que reproduzia a voz do colonizador. Mesmo assim, é possível perceber vozes divergentes, uma vez que o texto permite entender que as práticas como pajelança eram presentes em algumas cidades e faziam parte da cultura local de pessoas no interior do Pará na segunda metade do século XIX. O jornal *O Tocantino*, da cidade de Mocajuba, narra a história de uma senhora que buscou a cura da doença com um pajé. O periódico permite a emergência de memórias transculturais, das culturas indígena e negra e que evidenciam o processo de miscigenação pelo qual a Amazônia passou ao longo de sua história.

Informão-nos pessoas fidedignas que, no Icatú, estando uma pobre mulher mentecapta, affluem os pagés e tentão “cura-lá” por meio de marcás, cachaças e tanary, dizendo estar ella nao allucinada, mas completamente - enfeitada - pelo preto Mauricio (Pagés, 1891, p. 2).

O uso das palavras “pajés” e “preto Mauricio” e de expressões ligadas a suas ações expõe a mistura entre a cultura indígena e a africana, a partir de um enunciador que fala de um outro lugar, alinhado ao branco europeu. Segundo Maués (1999), a influência negra também compõe o quadro de memórias da Amazônia, misturando-se com elementos da pajelança. Mesmo tomando a voz do colonizador, esses jornais são importantes zonas de contato, onde memórias se

articulam e, ao mesmo tempo, entram em disputa. Há fissuras enunciativas que permitem que vozes dissonantes da memória oficial emergjam, pois no ato de enunciar os jornais registram na memória coletiva, costumes e práticas sociais que foram silenciadas.

5. Considerações finais

Ao retomar o objetivo de partida - quais memórias sobre o local e os habitantes emergem nas enunciações dos jornais do interior do Pará do século XIX - podemos perceber memórias que tangenciam temáticas indígenas, comerciais, coloniais (ou colonizadoras), educacionais, religiosas e cotidianas.

Os jornais, como zona de contato, possibilitaram a observação de enunciados e enunciações que fazem emergir memórias tanto dos sujeitos que assumiram a voz do colonizador como dos sujeitos que eram expostos a esses discursos dominantes. Ao enunciar sobre indígenas, comércio e civilização, os jornais deixam mostrar que havia, na época, uma disputa pela memória oficial, articulada com pensamentos coloniais que buscavam silenciar as demais. Por esse motivo, os jornais nos permitem perceber o quão efesvecetes eram as memórias que estavam em circulação, uma disputa constante e que ficaram registradas nos atos comunicacionais da imprensa da época.

Mesmo diante do discurso colonial, temáticas como educação, religião e sobre práticas sociais possibilitam fissuras enunciativas que nos permitiram acesso a vozes mais plurais e memórias subterrâneas que ajudam a entender de forma mais contextual os enunciados e enunciações que circulavam na segunda metade do século XIX no interior do Pará.

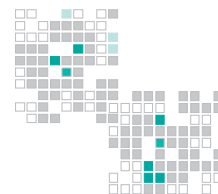
REFERÊNCIAS

ALEMQUERENSE. *Alequemrense*, Alenquer, p.1, 05 jul. 1891.

BAIXO-AMAZONAS. *Baixo-Amazonas*, Santarém, p.1, 06 jul. 1872.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-*

1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. *Mídia e memória:*



- a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 15-34.
- BEZERRA NETO, José Maia. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando dos Santos; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia (Org.). *Pontos de história da Amazônia*. 3ª ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001, p. 11-26.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BRIGIDA, Jesse Andrade Santa; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. O percurso da imprensa no Pará: de Belém rumo ao interior do Estado. In: Luis Francisco Munaro. (Org.). *Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 71-112.
- CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.
- CONTINUAÇÃO do 2º artigo de fundo do nº 4. *O Jasmim*, Vigia, p. 1, 2 mar. 1873.
- D. ANTÔNIO M. Castilho Brandão. *O Autonomista*, Ponta de Pedras, p. 2, 20 mar. 1895.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FRANÇA, Vera R. V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de George Mead. In: PRIMO, Alex et al. (Org.). *Comunicação e interações*. Porto Alegre: Sulina; Compós, 2008, p. 71-91.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006.
- LADAINHAS civis. *O Espelho*, Vigia, p. 3, 19 jan. 1879.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7ª. ed. Trad. de Bernardo Leitão, Irene Ferreira, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra "invenção" da Amazônia – religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup, 1999.
- MIGNOLO, Walter. Pensamento liminar e diferença colonial. In: MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 79-130.
- PAGÉS. *O Tocantino*, Mocajuba, p.2, 01 mar. 1891.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Chistina; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso São Paulo*: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000. p. 69-87.
- PAPAVERO, Nelson et al. *O novo éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pizón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*: 1-429. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. 2002.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Trad. de Monique Augras. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. São Paulo: EDUSC, 1999.
- PROSPECTO. *O Jasmim*, Cameté, p. 1, 26 jan. 1873.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O paradigma comunicacional: história e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad. de Júlio César Casarin Silva. Buenos Aires: Cosjo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005, p. 227-278.
- SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *História da imprensa no Pará: do impresso à Internet*. Projeto de pesquisa em andamento. Edital Universal CNPq 2016. Belém: UFPA, 2018.
- SOUZA FILHO, Durval de. Ciência e Arte nas fotografias de viajantes na Amazônia no século XIX. In: MALCHER, Maria Ataíde; MARQUES, Jane; PAULA, Leandro Raphael N. de (Org.). *História, comunicação, biodiversidade na Amazônia*. São Paulo: Acquerello, 2012, p. 7-24.
- VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Trad. de Vanise Dresch. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

